



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

<INSTINTO DE NACIONALIDADE> E <ABRASILEIRAMENTO>: DUAS POLÊMICAS DISCURSIVAS
<INSTINTO DE NACIONALIDADE> AND <ABRASILEIRAMENTO>: TWO DISCURSIVE POLEMICS

Cesar Augusto de Oliveira Casella¹

Resumo: Este estudo toma a noção de <instinto de nacionalidade>, advinda da obra crítica de Machado de Assis, e a de <abrasileiramento>, decorrente da epistolografia de Mário de Andrade, como duas materializações linguísticas de um certo discurso de identidade nacional, tomando-as como envolvidas em uma polêmica discursiva. Para isto, este trabalho apresenta inicialmente a abordagem discursiva como forma de tratamento das duas noções, estabelecendo, em seguida, as características de uma polêmica discursiva e, por fim, identificando alguns traços de um discurso de identidade nacional, a partir das reflexões de Stuart Hall. Na parte de análise propriamente dita, toma-se, primeiramente, o texto de Machado de Assis que apresenta a noção de <instinto de nacionalidade> e, depois, avalia-se, brevemente, a presença desta noção e do discurso decorrente na obra ficcional dele. Em seguida, faz-se o mesmo com a noção de <abrasileiramento>, vista na epistolografia e depois na obra ficcional de Mário de Andrade. Cada uma dessas noções, a seu tempo, configura a presença de um discurso de identidade nacional não hegemônico que entra em controvérsia com aquilo que está estabelecido discursivamente como literatura brasileira, gerando duas polêmicas discursivas, compreendidas a partir das reflexões de Maingueneau.

Palavras-chave: Instinto de nacionalidade. Abrasileiramento. Identidade nacional. Polêmica discursiva.

Abstract: This study takes the notion <instinto de nacionalidade>, came from Machado de Assis' critical work, and the notion <abrasileiramento>, from Mário de Andrade's epistolography, as two linguistic materializations of a certain discourse of national identity, taking them as in a discursive controversy. So, this work initially presents the discursive approach as a way of dealing with the two notions, establishing, then, the characteristics of a discursive polemic and, finally, identifying some traits of a national identity discourse, based on Stuart Hall's reflections. The analysis itself, first takes Machado de Assis' text that presents the notion of <instinto de nacionalidade> and then briefly evaluate the presence of this notion and the resulting discourse in his fictional work. Then, the same is done with the notion of <abrasileiramento>, seen in the epistolography and later in the fictional work of Mário de Andrade. Each of these notions, in its time, configures the presence of a non-hegemonic national identity discourse that enters into controversy with what is discursively established as Brazilian literature, generating two discursive polemics, understood from Maingueneau's reflections.

Key-words: Instinto de nacionalidade. Abrasileiramento. National identity. Discursive polemic.

¹ Doutorando em Estudos da Literatura, especialidade Literatura Brasileira, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGL/UERJ) e Professor de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Cora Coralina). E-mail: cesar.casella@gmail.com.



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A abordagem discursiva e o debate sobre a identidade nacional

Para iniciar a apresentação da abordagem discursiva utilizada neste trabalho, a qual subsidiará as reflexões acerca das noções de <instinto de nacionalidade> e a de <abrasileiramento>, vistas como duas materializações linguísticas de certo discurso de identidade nacional e estando envolvidas em uma polêmica discursiva, optou-se por trazer uma definição, ao mesmo tempo técnica e sucinta, de <discurso>:

Tomada em sua acepção mais ampla, aquela que ele tem precisamente na *análise do discurso*, esse termo designa menos um campo de investigação delimitado do que um certo modo de apreensão da linguagem: esse último não é considerado aqui como uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. (...) Por supor a articulação da linguagem sobre parâmetros de ordem não linguística, o *discurso* não pode ser o objeto de uma abordagem puramente linguística. (MAINGUENEAU, 1998, p. 43. Grifos do original)

Dois comentários, ao menos, são necessários depois desta citação. O primeiro é que a abordagem discursiva, tendo por concepção de <discurso> “um conjunto de enunciados que dependem da mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p. 135), não gera um campo de investigação delimitado mas sim uma certa maneira de apreensão da linguagem, a qual não é a única possível.

Compreendido que a abordagem do objeto se dá na articulação da linguagem sobre o não linguístico (psíquico, ideológico, histórico etc.) e que o discurso é a atividade de sujeitos – mas não de indivíduos totalmente conscientes do seu uso da linguagem – inscritos em contextos determinados, social e historicamente, o segundo comentário é que, embora o discurso não possa ser objeto de uma análise puramente linguística – o que afasta o tratamento formalista da linguagem – esta precisa estar presente na abordagem. Dito de outro modo: o discurso não pode ser objeto de uma abordagem puramente sociológica, histórica ou cultural, pois a materialidade linguística deve constituir a análise. É preciso mostrar a presença do discurso na superfície da língua.



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Talvez, além desta breve definição de <discurso>, seja interessante assinalar, mesmo de passagem, a localização da Análise do Discurso, tomada como a área que o desenvolveu como objeto de estudo:

A articulação entre a linguística e a psicanálise, sob a égide do materialismo histórico, ocasionou a emergência de um domínio teórico em que a língua, o sujeito, a história e o sentido são concebidos no interior de relações sociais em que saberes e poderes não se dissociam no processo discursivo. (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2017, p. 16)

Esta origem de entremeio, de articulações entre a Linguística, a Psicanálise e a História (de viés marxista...), legou à abordagem discursiva uma preocupação com a compreensão do estabelecimento dos sentidos na/pela linguagem e de como eles são disputados na sociedade.

Trata-se, então, de apreender na/pela linguagem, como se estabelecem os sentidos e como eles podem ser disputados, de um certo modo, o qual leva também em conta os aspectos não linguísticos. Busca-se mostrar como enunciados, materializados em textos escritos, se inscrevem no interior de uma formação discursiva, a qual dá as regras, marcadas social e historicamente, para o que foi enunciado.

Estas considerações iniciais permitem abordar a polêmica discursiva. Em *Gênese dos discursos*, Dominique Maingueneau (2008) traz uma série de hipóteses para o tratamento do discurso e analisa a polêmica discursiva entre duas correntes religiosas da França no século XVII, o humanismo devoto e o jansenismo. Mesmo sem explicar integralmente o conteúdo da obra de Maingueneau, é possível caracterizar minimamente o que aqui se chama de polêmica discursiva a partir de sua quarta hipótese, que lida com a interincompreensão regrada, o processo que comanda a relação entre discursos antagonistas.

Para entender esse processo, é importante o conceito de <simulacro>, visto como “uma tradução depreciativa, em um discurso, de um valor de seu discurso oponente. Tal tradução depreciativa não acontece de maneira aleatória, mas segue a semântica global do discurso-agente para ler as práticas do discurso-paciente” (MOTTA, 2008, p. 389).



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Por essa hipótese de Maingueneau, uma posição discursiva só é capaz de entender o outro, isto é, uma outra posição discursiva que produz outro discurso e outros sentidos, através de <simulacros>, ou seja, traduzindo os valores deste outro para as suas próprias categorias semânticas de compreensão.

Em uma situação de antagonismo, dispõe a hipótese de Maingueneau, há a opção da recusa total do outro discurso, através da “exclusão polêmica simples” ou a opção de tentar incorporar este outro em sua <grade semântica>, a partir da “integração do discurso do outro”, feita com os <simulacros>. Assim, é possível ver a polêmica como uma interincompreensão regrada.

Quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação semântica, ele define um processo de *interincompreensão* generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido de enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco. (MAINGUENEAU, 2008, p. 99. Grifos do original)

Como é impensável estudar o <universo discursivo>, a totalidade de discursos que interagem em dado momento histórico, delimita-se os <campos discursivos>, em que “um conjunto de formações discursivas estão em relação de concorrência no sentido amplo” (MAINGUENEAU, 2006, p. 19). O campo discursivo pode incluir diversas subdivisões e, em geral, o analista extrai dele um subcampo, o <espaço discursivo>, que se constitui, ao menos de “dois posicionamentos discursivos mantendo relações particularmente fortes” (MAINGUENEAU, 2006, p. 20).

Este estudo, então, busca compreender duas noções teóricas, notórias no quadro brasileiro da Crítica e História Literária, a saber, o <instinto de nacionalidade>, de Machado de Assis, e o <abrasileiramento> de Mário de Andrade, tomando-as como posicionamentos discursivos que estão em um espaço discursivo – cada qual em seu tempo – em que se discute a identidade nacional, debate caracterizável como um processo de polêmica discursiva em uma interincompreensão generalizada.



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Para sinalizar como estas noções apresentam-se dentro de um debate sobre a identidade nacional brasileira – como uma polêmica discursiva e um processo de interincompreensão – tome-se dois exemplos de críticos literários que a flagraram, tratando-a em outro quadro teórico.

Marta de Senna argumenta que Machado de Assis, no afamado artigo *Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade*, “reflete sobre um tema que haveria de preocupar obsessivamente a crítica de sua obra, pelos anos afora: o que faz de um escritor, um escritor de seu país” (2009, p. 77). O que mostra a assunção do debate sobre a identidade nacional do escritor. Além disto, no espaço discursivo em que se dá o debate, a posição de Machado de Assis, segundo entende a ensaísta, é a de “que o bom escritor é, sobretudo, o escritor de talento, e não o escritor que faz do nacionalismo uma bandeira, ou aquele que se limita a cantar as coisas típicas ou exclusivas de sua terra” (SENNA, 2009, p. 77).

No caso de Mário de Andrade, o exemplo é a compreensão de que ele “e sua obra nos mostram que o Brasil não é apenas o lugar do sentimento, mas também o da imaginação – do pensamento e da criação artística – que juntos podem nos proporcionar, inclusive, uma visão mais integrada de nosso lugar no mundo” (BOTELHO, 2012, p. 15), o que colocaria a arte do modernista paulista confrontando a “moléstia de Nabuco”, a visão, advinda de *Minha Formação* de Joaquim Nabuco e tornada frequente, “que insiste em separar sentimento e imaginação intelectual entre os brasileiros” (BOTELHO, 2012, p. 15).

Para pensar a identidade nacional, este trabalho parte das reflexões de Stuart Hall (2015) e anota três aspectos fundamentais para o desenvolvimento das argumentações.

Em primeiro lugar, ao distinguir cronologicamente três concepções de identidade (sujeito do iluminismo; sujeito sociológico e sujeito pós-moderno), a reflexão de Hall impede que se chegue anacronicamente à questão da identidade nacional.

É necessário ter sempre em conta que a identidade pensada nos fins do século XIX e início do XX está caracterizada naquilo que Hall chama de <sujeito sociológico>, quando há uma “crescente complexidade do mundo moderno” e uma “consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação” com a cultura do mundo em que se habita



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

(HALL, 2015, p. 11). Desta maneira, naquele período, a identidade costura/sutura o sujeito à estrutura social. Basta pensar em Saussure e em Durkheim para fechar este quadro epistemológico.

Na atualidade, entretanto, o sujeito é tido como pós-moderno, é “conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma <celebração móvel>” (HALL, 2015, p. 11). Mais que isto, passa-se a compreender que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2015, p. 12). Há que se ter o cuidado de não misturar anacronicamente as etapas, estabelecendo que a questão da identidade nacional, o debate ocorrido entre Machado de Assis e seus contemporâneos, bem como entre Mário de Andrade e os seus – em diferentes graus, é óbvio – se dá em um quadro epistemológico diferente do atual.

Um segundo aspecto tem a ver com a assunção de que “uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2015, p. 31). Ao se tratar da identidade nacional, do <instinto de nacionalidade> ou do <abrasileiramento>, está se tratando de discursos. Quando se tenta compreender o debate em torno de Machado de Assis e de Mário de Andrade e a questão da identidade nacional, está se tentando compreender a disputa ocorrida entre modos diferentes de construir sentidos, de instituir subjetividades por identificação.

O último aspecto relaciona-se à reflexão de Hall, a partir de Benedict Anderson, sobre a identidade nacional como uma <comunidade imaginada>. Assim, há estratégias discursivas para a formulação da narrativa da cultura nacional.

Hall lista cinco elementos principais no processo de constituição deste tipo de narrativa: 1. A “narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular” (HALL, 2015, p. 31); 2. A “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (HALL, 2015, p. 32); 3. A invenção da tradição; 4. O mito fundacional, que leva a história nacional para os confins míticos; 5. O povo puro, original. A identificação destas estratégias auxilia na compreensão da polêmica discursiva aqui estudada.

O <Instinto de Nacionalidade> e o <Abrasileiramento>



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Para iniciar esta seção, há que se fazer um breve comentário ao fato de Machado de Assis e de Mário de Andrade serem, ambos, autores de obras literárias e de crítica literária. Na perspectiva de uma abordagem discursiva, o interesse está em que a materialização linguística do <instinto de nacionalidade> e do <abrasileiramento> pode ser vista em diferentes gêneros discursivos. Como escreve Maingueneau, com base em Foucault, o discurso deve ser entendido como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (2009, p. 15). Isto significa que o analista deve buscar em diferentes textos o discurso de que trata e a presença dele na dispersão indica a regularidade de sua enunciação.

Em *Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade*, texto publicado originalmente em *O Novo Mundo* de 24/03/1873, Machado de Assis apresenta um quadro panorâmico da literatura que se fazia no Brasil da época. Nele, o crítico Machado estabelece, no primeiro parágrafo, que o exame da produção literária permitiria reconhecer, de imediato, “como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país (...)” (ASSIS, 1873, p. 107)². Assim,

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela perfazê-la de todo. (ASSIS, 1873, p. 107)

Portanto, na conceituação do <instinto de nacionalidade> entram a metáfora das “cores do país”, o fato histórico da independência do Brasil, a observação e o questionamento da vida cotidiana e da natureza brasileiras, além da necessidade de maturação e do trabalho de várias gerações. Resulta um <certo instinto de nacionalidade> ponderado, pensado, o qual não é um instinto qualquer já que o operador argumentativo <certo> foi utilizado.

² Optou-se por citar a edição original, digitalizada pela Biblioteca Nacional, fazendo, entretanto, a regularização do texto para a ortografia atual.



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A utilização do operador argumentativo também foi notada e tematizada por Marta de Senna. Em primeiro lugar, ela intitula o seu artigo, justamente *Machado de Assis: “certo instinto de nacionalidade”*. Em segundo lugar, ela escreve o artigo para caracterizar o <certo instinto de nacionalidade> como

(...) uma peculiar compreensão do que seja o *nacional* –, que transcende a cor local; e que ele é capaz de fazê-lo para além e para fora dos parâmetros realista-naturalistas que dominaram a ficção internacional na segunda metade do século XIX. Mais do que isso: defendo a ideia de que o diálogo com a melhor literatura do Ocidente é uma das vias pelas quais o nosso autor se afirma como grande escritor e, por essa via, eleva a produção literária de seu país a um patamar de igualdade com essa literatura. O que, convenhamos, é uma forma inteligentíssima de “nacionalismo”. (SENNA, 2009, p. 79)

Ao estabelecê-la como uma “forma inteligentíssima de nacionalismo”, Marta de Senna dá uma dimensão da posição de Machado de Assis dentro da polêmica discursiva. Ao conceituar o <certo instinto de nacionalidade>, Machado de Assis interpõe um discurso antagônico ao discurso hegemônico de nacionalidade. Um discurso antagônico e peculiar, porque não partilha do mito fundacional de que trata Stuart Hall e porque não corresponde ao chamado estilo de época, o discurso naturalista-realista, mas também inteligente – inteligentíssimo, estrategicamente falando... – porque não ataca diretamente a posição contrária.

Este instinto estaria presente também nas manifestações da crítica, mesmo que esta seja “mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura”, pois “há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais” (ASSIS, 1873, p. 107). A crítica veria, apressadamente, nestes toques a emergência do pensamento nacional.

A construção da noção do <instinto de nacionalidade> é muito interessante. É caracterizável, talvez, como enviesada. Para o crítico Machado de Assis, Basílio da Gama e Santa Rita Durão, “citados e amados, como precursores da poesia brasileira”, “quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira” (ASSIS, 1873, p. 107), enquanto não lhe parece



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

justa a crítica aos poetas árcades que não haveriam “trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro” (ASSIS, 1873, p. 107). A argumentação crítica de Machado, que separa a forma literária da ideologia da independência, o coloca na contramão da análise literária vigente em sua época.

Neste sentido, o de se posicionar enviesadamente, é de se notar que, mesmo tendo reconhecido o instinto de nacionalidade, Machado de Assis, assinala a necessidade de se “examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária” (ASSIS, 1873, p. 107), coisa que ele diz estar além dos limites de seu texto. Enfim, o instinto de nacionalidade fica marcado como “o geral desejo de criar uma literatura mais independente” (ASSIS, 1873, p. 107).

Este enviesamento do discurso do crítico Machado de Assis para se posicionar na polêmica sobre a identidade nacional é identificado por Andréa Werkema como a questão central de um ensaio de Abel Barros Batista:

(...) o modo como Machado inscreve seu nome na história da literatura brasileira, contra qualquer prescrição nacionalista, não opera pela negação de tais prescrições nacionalistas. Opera, antes, pela sugestão de uma outra força na condução dos destinos literários, isto é, pela literatura em si. (WERKEMA, 2019, p. 32)

Deste modo, como escreve Andréa Werkema na continuidade de sua reflexão, o <instinto de nacionalidade> não é de fato um projeto alternativo, no sentido de instaurar um novo discurso, mas sim uma posição discursiva antagônica àquela que é hegemônica. Como explica Maingueneau dentro da hipótese de interincompreensão, “há discursos cuja semântica exige crucialmente a pluralidade dos discursos, e outros que só podem funcionar reivindicando o monopólio da legitimidade” (2008, p. 106).

Na constituição deste discurso machadiano enviesado sobre a identidade nacional na literatura, entra também o “elemento indiano”. Em seu artigo, Machado de Assis defende que, se é verdade que “a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum”, também é verdade que “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe” (ASSIS, 1873, p. 107). Assim, “não é lícito arredar o elemento



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituir-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão” (ASSIS, 1873, p. 107). A identidade nacional não deve se calcar somente no indianismo, mas também não pode alijá-lo de sua composição.

Chega-se ao conceito de <legado> da vida indiana, “tão brasileiro como universal”, que não deveria limitar os escritores brasileiros como única fonte de inspiração, pois “os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo” (ASSIS, 1873, p. 107). Argumento que permite considerar errônea a opinião que “só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local” e que abre caminho para o <sentimento íntimo>: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1873, p. 107).

As duas noções – <instinto de nacionalidade> e <sentimento íntimo> – não se recobrem, antes se articulam e se reforçam no discurso enviesado de Machado de Assis. Elas só “se equivalem na medida em que funcionam como corretivos a um nacionalismo literário ostensivo ou meramente programático”, como escreve Andréa Werkema, porque o <instinto de nacionalidade> “configura uma busca por inserção em nossa literatura, por meio de um dado que remeta intrinsecamente à sua nacionalidade”, enquanto o <sentimento íntimo> “procura operar além desse mesmo dado local, inserindo um autor em uma literatura à revelia de qualquer traço extraliterário, externo” (2019, p. 41).

Há ainda que se apontar um momento em que a posição discursiva do crítico Machado é um pouco mais incisiva. Isto se dá quando ele se volta para a poesia e critica o abuso da “cor local” e uma certa “nacionalidade de vocabulário”:

Há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta ilusão. Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. (ASSIS, 1873, p. 108)



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Por fim, na questão do uso da língua pelos escritores, Machado de Assis também mostra o seu posicionamento discursivo. Para ele, nem sempre as obras brasileiras apresentam a “pureza da linguagem”, pois frequentemente, intercala-se ao “bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa” (ASSIS, 1873, p. 108). Mas, mais uma vez, o crítico busca uma espécie de meio termo, polêmico *ma non troppo*:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. (ASSIS, 1873, p. 108)

Para observar, minimamente, na produção literária de Machado de Assis a manifestação do <instinto de nacionalidade>, segue-se o artigo de Marta de Senna em que ela busca demonstrar a forma inteligentíssima do “nacionalismo” de Machado. Na análise de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Marta de Senna lembra, a partir de Roberto Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo*, que esta obra é uma “leitura sutil e arguta da sociedade brasileira do século XIX” em que é possível enxergar, na narrativa em zigue-zague do volúvel Brás Cubas, “o retrato da ambivalência da elite brasileira, fascinada pelo liberalismo burguês europeu e fincada até o pescoço numa sociedade escravocrata” (2009, p. 79). Assim, criando um narrador dubio que escreve em um estilo não linear, Machado de Assis teria espelhado, magistralmente, a sociedade que gerou o defunto-narrador e a que lê a sua obra de ficção.

Isto significa que Machado de Assis não faz um ataque direto à sociedade brasileira, como pensavam fazer os naturalistas e realistas. O seu ataque enviesado não participa da crítica hegemônica. É assim “que as *Memórias póstumas* têm importância também pelo fato de que, por um lado, rompem com o empreendimento realista-naturalista brasileiro, em pleno vigor quando da publicação do romance, em 1880 e 1881” (SENNA, 2009, p. 80).



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Por outro lado, na estratégia discursiva de Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, há “a convocação de toda a tradição ocidental para dentro dessa prosa, desde o Pentateuco até Wordsworth e Victor Hugo” e, neste jogo de intertextualidades, “o narrador (e, por trás dele, o autor) passeia pela obra de autores da estatura de Homero, Dante, Shakespeare ou Camões, sem nenhuma subserviência, sem nenhuma humildade – pelo contrário, com surpreendente irreverência” (SENNA, 2009, p. 81), atingindo-se um patamar inédito na literatura brasileira. Para Marta de Senna, esses dois pontos são indicadores da singularidade do <instinto de nacionalidade> na obra literária de Machado de Assis.

Marta de Senna também analisa *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, para consolidar a sua visão de que Machado de Assis incorpora a tradição, construindo narrativas com uma infinidade de subtextos, altamente intertextuais, valendo-se desta inserção na tradição, valendo-se da complexidade dos textos “com que dialoga e que utiliza para iluminar-se, iluminando-os” (SENNA, 2009, p. 89).

Talvez se pudesse acrescentar: Machado de Assis vale-se da tradição literária criticamente, parodicamente, enviesadamente, alimenta-se dela sem aderir a ela totalmente. É como se ele jogasse com a <comunidade imaginada>, isto é, jogasse com as estratégias discursivas que Stuart Hall listou como elementos na formulação da narrativa da cultura nacional. Machado de Assis conhece e transforma em paródia a <narrativa da nação>, presente na história de tom oficialesco e nos romances superficiais; ironiza a <ênfase nas origens> e na <intemporalidade> como se fossem um aspecto de superioridade da literatura brasileira; parece consciente de que há a <invenção da tradição>; recusa-se a se submeter ao <mito fundacional> e ao desiderato de um <povo puro>, original.

É assim que, em sua obra ficcional, Machado de Assis afasta-se da busca da cor local, bem como da crítica naturalista e realista, e dedica-se a uma análise mais moral e psicológica, se se podem usar estes termos, da identidade nacional. Uma análise que se configura em um certo discurso sobre a nacionalidade, que é polêmico em relação ao discurso hegemônico, como mostra a extensa fortuna crítica das obras machadianas.

Algo similar está captado na conclusão do artigo de Marta de Senna:



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Machado de Assis produziria, a partir do fim da década de 1870, uma ficção de fina análise de caracteres, uma ficção em que se filtra um moralismo cético e, para além do que sonhou a crítica durante décadas, uma ficção em que estão presentes questões de profundo alcance político e social. Uma ficção de que estão ausentes todos os otimismoes, todos os triunfalismos, todas as apoteoses. Uma ficção em que a aventura realista se transfigura e em que se afirma “certo instinto de nacionalidade”, justamente (também) pela convocação intertextual, *contrario sensu* do que poderia supor a nossa filosofia. (2009, pp. 89-90)

No caso de Mário de Andrade, a emergência da noção de <abrasileiramento> pode ser vista na troca de correspondência com Carlos Drummond de Andrade. Ao responder uma carta, datada de 22/11/1924, em que o poeta mineiro dizia não ser suficientemente brasileiro e em que ele se pergunta se valeria a pena sê-lo, o poeta paulista responde que é preciso começar um trabalho de abrasileiramento do Brasil (BOTELHO, 2012, pp. 13-15), que combatesse a “moléstia de Nabuco”, ou seja, a interpretação corrente de que se tinha um sentimento brasileiro mas uma imaginação europeia no Brasil.

André Botelho, entretanto, logo adverte que “abrasileirar-se, do ponto de vista de Mário de Andrade, não significa tornar-se xenófobo”, mas sim “adquirir uma maneira própria, mas democrática, sem intolerância e preconceito, de se relacionar com a história, as culturas e as pessoas do mundo” (2012, p. 15).

A polêmica discursiva, a interincompreensão que comanda a relação entre discursos antagonistas talvez seja mais óbvia neste caso. A posição discursiva de Mário de Andrade no espaço discursivo que debate a identidade nacional não é tão enviesada quanto a de machado de Assis. O que significaria, somente, que os diferentes autores-críticos se utilizam de diferentes estratégias discursivas.

Um dos pontos que mostra a diferença de estratégia é a construção do <simulacro>. Embora a “cor local” e o “nacionalidade de vocabulário” de Machado de Assis possam ser classificados como simulacros, ou seja, possam ser vistos como uma tradução depreciativa de um valor tido como positivo no discurso oponente, a “moléstia de Nabuco” de Mário de Andrade é mais fortemente um



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

simulacro, no sentido de que é uma tradução depreciativa nada aleatória e que mira um ponto bem específico da semântica global do discurso hegemônico.

Talvez a estratégia de combate mais direto, em Mário de Andrade, decorra do ethos modernista, da prática vanguardista de afronta. De todo modo, ela tem de ser encaixada no período histórico em que o autor viveu. No seu pungente artigo de revisão de trajetória, *O movimento modernista*, Mário de Andrade mostra a compreensão do encaixe histórico do debate sobre a identidade nacional. Logo no início de seu texto, o crítico Mário escreve:

Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reverificação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional. (ANDRADE, 2002, p. 253)

O <abrasileiramento> é uma necessidade do novo quadro epistemológico que se avizinha. Nos termos de Stuart Hall, é possível postular que Mário de Andrade está captando, aparentemente, a passagem do <sujeito sociológico> para o <sujeito pós-moderno>. O <abrasileiramento> é a fórmula que encapsula o projeto de remodelação da inteligência nacional e da identidade nacional, por sequência.

O aspecto combativo de vanguarda, aludido acima, também é tema da revisão de *O movimento modernista*. O crítico Mário afirma que o modernismo brasileiro foi uma ruptura, uma revolta contra a inteligência nacional – leia-se a identidade nacional – estabelecida. Mas afasta as acusações de antinacionalismo:

Quanto a dizer que éramos, os de São Paulo, uns antinacionalistas, uns antitradicionalistas europeizados, creio ser falta de subtileza crítica. É esquecer todo o movimento regionalista aberto justamente em São Paulo e imediatamente antes, pela “Revista do Brasil”; é esquecer todo o movimento editorial de Monteiro Lobato;



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

é esquecer a arquitetura e até o urbanismo (Dubugras) neocolonial, nascidos em São Paulo. Desta ética estávamos impregnados. (ANDRADE, 2002, p. 258)

A estratégia discursiva de embate mais direto, a polêmica mais aberta frente a noção de identidade nacional hegemônica, também aparece no Mário de Andrade autor. Pense-se em *Macunaíma*, como ilustração. Sabe-se bem o que se quer significar com o subtítulo: *herói sem nenhum caráter*. O próprio autor o diz:

E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na ação exterior no sentimento na língua na História na andadura, tanto no bem como no mal. (O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional. Os franceses têm caráter e assim os jorubas e os mexicanos. Seja porque civilização própria, perigo iminente ou consciência de séculos tenha auxiliado, o certo é que esses uns têm caráter.) Brasileiro (não). (ANDRADE, 2013, p. 217)

Nesta polêmica aberta, que retira da identidade nacional qualquer caráter, que busca lançar bases para a remodelação da inteligência brasileira, via <abrasileiramento>, Mário de Andrade também joga com a <comunidade imaginada>. Entretanto, mobiliza as estratégias discursivas – nos termos de Stuart Hall – diferentemente de Machado de Assis. Na formulação de *Macunaíma* como uma narrativa da cultura nacional, Mário de Andrade transforma a <narrativa da nação> em uma rapsódia, carnavalizando a história oficial e a cultura popular (ou ao menos o folclore...); subverte a <ênfase nas origens> e a <intemporalidade> fazendo-as confrontar-se com a tradição; parece usar e abusar da <invenção da tradição>; gera um novo <mito fundacional> e destrói a possibilidade de pensar em um <povo puro> ou original.

Machado e Mário: duas estratégias discursivas

Ao término destas considerações sobre as noções de <instinto de nacionalidade> e de <abrasileiramento>, tomadas como materialização de discursos que se opuseram, em um espaço



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

discursivo, a um discurso hegemônico de identidade nacional – ainda que este não tenha sido caracterizado em sua integralidade neste estudo... – resta reafirmar dois pontos.

O primeiro, muito importante, é que este trabalho não é comparativo. Observar como Machado de Assis e Mário de Andrade se posicionaram, discursivamente, quanto à questão da identidade nacional, cada um a seu tempo, não significa comparar as duas posições. Se Machado de Assis enviesa a questão e Mário de Andrade a enfrenta mais abertamente, as duas são estratégias discursivas para incorporar o outro em sua grade semântica e para integrar a polêmica discursiva. Se é possível fazer uma comparação destas estratégias, tendo em vista os diferentes determinantes sociais e históricos, este é um outro estudo.

O segundo é que estas considerações devem ser tomadas em sua parcialidade, no sentido de que seria necessário maior abrangência, mais leitura e estudo, para que a dispersão do discurso analisado fosse melhor examinada em textos críticos, poéticos e ficcionais de Machado de Assis e de Mário de Andrade.

Referências

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. In: ANDRADE, Mário de. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 6 ed. Editora Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Mário de. 1º Prefácio. In: ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 2 ed. Apresentação e estabelecimento de texto: Telê Ancona Lopez e Tatiana Longo Figueiredo. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 2013.

ASSIS, Machado. **Notícia da atual literatura brasileira**: Instinto de nacionalidade. *O Novo Mundo*, vol. III, n. 30, New York, 24 de Março de 1873. Versão da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

BOTELHO, André. **De olho em Mário de Andrade**: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. 1 ed. São Paulo/SP: Claro Enigma, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 1986.

ANAIS DO III SIELLI E XX ENCONTRO DE LETRAS



07 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro/RJ: Lamparina, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São paulo/SP: Parábola Editorial, 2008.

MOTTA, Ana Raquel. **Resenha de Gênese dos Discursos de Dominique Maingueneau**. *D.E.L.T.A.*, n. 24, v. 2, pp. 385-392, 2008.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo/SP: Contexto, 2017.

SENNA, Marta de. **Machado de Assis: “certo instinto de nacionalidade”**. *Revista Escritos*, ano 3, n. 3, 2009.

WERKEMA, Andréa Sirihal. **Estratégias de leitura da tradição literária brasileira na crítica de Machado de Assis**. In: WERKEMA, Andréa Sirihal. *As duas pontas da literatura*: crítica e criação em Machado de Assis. Belo Horizonte/MG: Relicário, 2019.